



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 13 DE MAIO DE 1996

Senhor Vice-Presidente Marco Maciel; Senhores Embaixadores aqui presentes; Senhor Ministro da Justiça, Dr. Nelson Jobim; Senhores Ministros de Estado que aqui se encontram; Senhores Senadores; Senhores Deputados Federais; Senhores Presidentes e Ministros de Tribunais Superiores; Senhor Procurador-Geral da República; Senhor Coordenador do Núcleo de Estudos contra a Violência, da Universidade de São Paulo, Professor Paulo Sérgio Pinheiro; Senhora Ermelinda Mazzaferro Bronca; Senhores Representantes das entidades de defesa dos direitos humanos; Senhoras e Senhores;

Como já foi dito, a escolha do 13 de maio para o lançamento do Programa Nacional dos Direitos Humanos tem um significado todo particular, porque se dá na época da celebração da chamada Lei Áurea.

Na verdade, como aqueles que estudaram a escravidão sabem, a Abolição não foi produto de uma lei. Foi um processo, e um longo processo, de lutas, de convencimento, de rebeliões, de transformação de mentalidades e de modificação das estruturas sociais sobre as quais essas mentalidades estavam repousando.

Nós, aqui, hoje, de alguma maneira, ao escolhermos o dia 13 de maio, queremos também significar que esse Programa Nacional dos Direitos Humanos é um processo. Não são os decretos, não é simplesmente esse programa, cuja importância é enorme: é muito mais do que isso. Nós temos que, na prática, assegurar, no cotidiano, a milhões de brasileiros, de todas as cores, dos vários gêneros, de ambos os sexos, das várias faixas etárias, das várias minorias, nós temos, repito, que assegurar, progressivamente, que o que está na Constituição e o que está nas leis seja cumprido.

A Constituição de 88, em cuja feitura colaborei diretamente, como muitos dos aqui presentes, estabeleceu uma extensa lista de direitos e garantias individuais. Eu me recordo – e quantos de nós nos recordamos da época da Constituinte – de discussões imensas sobre se caberia ou não recolher ao texto constitucional uma série de anseios da sociedade. Algum historiador que tenha a paciência de se debruçar sobre os documentos registrados na Constituinte – e tudo está registrado, sobretudo sobre os inúmeros pedidos feitos pela população, pois nós abrimos, demos vistas à sociedade brasileira para que ela participasse do processo constituinte, fato inovador de que me orgulho porque, juntamente com o Ministro Jobim, fomos os relatores do regimento interno que abriu essa possibilidade de um debate amplo, que não se restringisse ao Parlamento, e fomos objeto de muita crítica, na ocasião, por esse fato –, quem se debruçar sobre os documentos recolhidos ali verificará que havia todo um mapa, todo um desenho de anseios, muitos dos quais utópicos, muitos dos quais desproporcionados, muitos dos quais descabidos, mas, na verdade, havia um forte movimento da sociedade, um movimento cívico que, no fundo, se traduzia por uma só palavra, que era a concretização da cidadania. As pessoas queriam participar. E nós conseguimos colocar na Constituição uma boa lista de direitos e garantias individuais.

Entretanto, do enunciado constitucional à prática, à transformação em algo concreto, sobretudo para as parcelas da população menos favorecidas, vai uma distância grande. E essa ampliação do exercício

dos direitos políticos é que pressupõe uma luta contínua e que esses direitos civis, econômicos, sociais e culturais sejam realmente entendidos como o que eles são, não apenas como um decreto, uma lei, um enunciado constitucional, mas como uma instituição que ganha vida, e ganha vida porque a sociedade a sustenta.

Acredito que o que estamos fazendo, hoje, aqui, faz parte desse processo. Uma Constituição é algo que tem efeitos que se desdobram no tempo. Qualquer daqueles que tenham estudado aspectos constitucionais, que tenham lido o que aconteceu com a Constituição, depois das reuniões de Filadélfia – e há tantos estudos sobre isso – vai verificar que o impacto de um texto legal, muitas vezes, não é medido pela sua simples leitura ou pela comemoração da sua aprovação; ele se desdobra no tempo, mas ocorre.

Olhando esse programa, certamente, as pessoas mais endurecidas no seu coração, que não percebem a importância desses fatos, dirão logo: “Bom, mas, e daí? O que acontece?” Acontecerá. Pode não acontecer amanhã, pode não acontecer num caso isolado, mas, no conjunto das ações, na ampliação da consciência cívica e da responsabilidade moral de cada um, progressivamente nós vamos avançando, no sentido de transformar em prática aquilo que, num primeiro instante, é apenas a letra da lei.

E isso é em conjunto, como ocorreu com a Constituição. Nós hoje vivemos um momento novo. O Ministro Maurício Corrêa, que já com justa razão foi mencionado pelo Ministro Jobim – e, ao mencioná-lo, evidentemente, mencionamos, ao mesmo tempo, o Presidente Itamar, em cujo Governo tanto ele quanto eu colaboramos –, foi quem chefiou a nossa Delegação à Conferência Mundial dos Direitos Humanos de 93.

E lá, já se disse aqui, foi reafirmada a indivisibilidade e a interdependência dos direitos humanos. Pois bem, eles são indivisíveis, também, no desenvolvimento. Já conseguimos, no Brasil, dar largos passos na construção da democracia. Aqui, muitos de nós somos testemunhos diretos do que, muito pouco tempo atrás, era a ausência da democracia. A democracia é um pouco como o oxigênio: ninguém se

preocupa muito quando ele existe; é só começar a fechar, a diminuir a dose do oxigênio, que nós todos ficamos sufocados. Assim é com a democracia: hoje parece um fato banal termos liberdade, mas os que foram, já, privados da liberdade sabem que isso não é um fato banal.

Nós consolidamos, no Brasil, essa consciência da democracia, não apenas no âmbito institucional, que é muito importante, do funcionamento dos poderes, da harmonia entre os poderes, do respeito à Constituição, mas também no sentido mais amplo, da sociedade que demanda mais, que se organiza para demandar e que conta, como se fosse garantido para sempre, tomara que o seja, com o oxigênio da liberdade.

Pois bem, nós, agora, temos que avançar mais na consolidação de uma economia capaz de gerar riqueza e de distribuí-la. Essa indivisibilidade também existe. Os que não percebem isso, os que apenas olham um dos lados, seja o lado econômico, seja o lado social e humano, se equivocam. É preciso olhar para os dois lados e ver, na interação entre eles, se há espaço para progredirmos, ou não, na direção dos valores que, cremos, são fundamentais.

Para isso, temos que promover, crescentemente, maior integração social, democracia, desenvolvimento econômico e integração da sociedade. É muito importante, nesse sentido, quando a democracia deixa de ser apenas um mandato constitucional e passa a haver condições materiais, propiciadas pela economia, para que possamos avançar concretamente, em benefício das classes menos favorecidas. É muito importante que, a partir dessa possibilidade, se olhe para as minorias, minorias étnicas, minorias religiosas, e para todos aqueles pontos que são fundamentais no que diz respeito a uma integração social dentro da democracia.

E está claro que, nesse contexto, o valor fundamental é o direito à vida e o repúdio à violência. Custa crer que um presidente da República, num país democrático, tenha que repetir isso; e custa admitir que, apesar disso, exista violência e que, em certos momentos, nós todos ainda sejamos paralisados pela impossibilidade de contê-la, não por falta de vontade, o que seria uma análise subjetivista tão simplista, mas

por falta, ainda, exatamente de generalizarmos isso que é a consciência de alguns na sociedade, como disse o Ministro Jobim.

Esse direito à vida, à segurança e à integridade individuais tem que ser objetivo primordial do Governo Federal, do Governo Estadual, do Governo Municipal, do Executivo, do Legislativo, do Judiciário, da polícia, dos cidadãos. Nesse intrincado tecido da sociedade e das formas políticas da sociedade, muitas vezes é difícil, sobretudo para os que não estão por dentro do mecanismo legal, atribuir responsabilidades – e, talvez, de pouca valha. Há que cobrá-las. Talvez seja importante sentirmos, nós todos, que a responsabilidade é nossa. E é difícil ver que, muitas vezes, há limitações legais para a ação, para a atuação. A violência se dá num nível, e, noutro nível, se deseja freá-la e não se consegue.

Aqui, hoje, acabo de assinar um ato para reparar um caso de violência, de tortura e morte, dentro de uma repartição federal, que foi o único caso no meu Governo. Nós mandamos punir o responsável. Punimos. Foi reintegrado porque existe uma legislação, existem outros órgãos que tomam decisão – e a democracia implica isso tudo. Mas nós não podemos deixar de reconhecer, de plano, que o Governo Federal não se conforma e, ao reconhecer que houve uma violência, de alguma maneira está gritando para a sociedade que é preciso buscar um modo de terminar com ela.

Pois bem, para essa tarefa conjunta é que foi preparado esse Programa Nacional dos Direitos Humanos, dando, portanto, seqüência ao espírito da Conferência de Viena. Agora, dirão: “Mas houve Carajás, Corumbiara, Carandiru, execuções sumárias de adultos e crianças, violência sexual, trabalho infantil, prostituição infantil.” Enfim, é verdade. E o que dói, o que clama hoje, não é o fato só de existir isso: é a impunidade. E a punibilidade, na sociedade democrática, não pode dispensar a lei, não pode dispensar o Judiciário, não pode dispensar certas formalidades, e, muitas vezes, na indignação, as pessoas querem saltar sobre elas. Mas os que já fomos vítimas de violência sabemos que o recurso ao estado de direito é fundamental. Portanto, temos, sim, que criar condições para que haja punibilidade,

mas essa punibilidade tem que passar por esse conjunto que assegura o estado de direito, por lento que seja, por indignante, muitas vezes, que seja o processo. E isso não exime a responsabilidade de nós acelerarmos os mecanismos e de aprimorarmos o mecanismo legislativo para que efetivamente possa haver a punibilidade.

Acredito que, no momento que o Brasil vive, de demandas generalizadas, momento positivo nesse sentido, se requer também um espírito forte de solidariedade. Solidariedade não significa generosidade no sentido individual, é muito mais do que isso: significa que, efetivamente, as partes todas da sociedade se percebem como constituindo um todo e sabem que, quando um pedaço desse todo desanda, vai colocar dificuldades mais adiante e transformará, muitas vezes, o objetivo que se tem hoje numa impossibilidade, pela incapacidade, que possamos vir a ter, de obter um conjunto que funcione na mesma direção, visando preservar os mesmos valores e assegurar, portanto, a efetiva proteção dos direitos do cidadão.

Eu, no dia 7 de setembro do ano passado, lancei um chamamento à sociedade e uma mobilização pelos direitos humanos. Não vou reproduzir aqui item por item o que o Governo fez, porque aqui não se trata de fazer propaganda do que se fez. Nessa matéria, não é Governo; nessa matéria, somos nós todos. Temos, dentro das nossas possibilidades, levantado os temas do trabalho escravo, das bolsas de desenvolvimento para acabar com o trabalho infantil, abrigando os movimentos de meninos de rua aqui dentro do Palácio do Planalto, simbolicamente; indo a Zumbi para mostrar, lá em Palmares, que existe um problema do negro no Brasil; e dando aula para acabar com a exploração sexual. O Governo faz o que pode no sentido de ampliar o grau de consciência na sociedade.

Aqui, hoje, de alguma maneira, damos continuidade àquele 7 de setembro, em que se lançava um apelo pelos direitos humanos.

Quero agradecer muito em particular ao Dr. José Gregori, ao Dr. Paulo Sérgio Pinheiro e ao Ministro Nelson Jobim. Conheço de perto o trabalho deles, de muitos anos. Paulo Sérgio é um Quixote, um Quixote que, entretanto, não perde o sentido da realidade; mas, sem

que haja uma visão, digamos, que vá além do possível, não se muda a realidade. Paulo Sérgio encarna essa figura e tem sido um crítico permanente, e vai continuar a ser, de todas as injustiças, mas é também uma pessoa que constrói; e percebeu – como percebeu o José Gregori, cuja ação em matéria de direitos humanos é por todos louvada com todo mérito no Brasil –, desde os tempos da Comissão de Justiça e Paz, com Dom Paulo Evaristo Arns, e até agora, essa luta para reconhecer a responsabilidade do Estado por violências praticadas. São pessoas que sabem que essa luta, muitas vezes, não encontra compreensão imediata, mas é fundamental para assegurar a cidadania. E sabem que a defesa dos direitos humanos tem que ser uma luta de todos nós.

Acho que o Ministro Jobim entendeu isso melhor do que seria imaginável, nas circunstâncias nossas, e deu toda força, como o Presidente da República e o Governo no seu conjunto estão dando, para que esse processo siga adiante.

O Congresso Nacional não tem faltado. Hoje estamos apenas enviando alguns pedidos adicionais. Um deles tem muito significado. É uma emenda à Constituição, como já foi aqui referido, que resolve uma questão crucial: é que permite que violação de direitos humanos passe para a esfera federal. Até agora isso não é possível.

Com esse ato aprovado pelo Congresso, nem o Governo Federal terá mais desculpas para não atuar, nem ficará pressionado – hoje ele não pode atuar porque não tem instrumento legal –, e a sociedade, respaldando essa ação, encontrará um mecanismo legal para que a punibilidade possa ocorrer de maneira mais responsável, mais rápida, dando um sentido de responsabilidade a todos nós.

É matéria constitucional muito importante, que, tenho certeza, os parlamentares aqui presentes saberão, junto com seus colegas, levar adiante. Sei também que é preciso que haja uma ação conjunta do Ministério Público, do Judiciário, das polícias. E não adianta acusação recíproca nesta matéria; o que adianta é o aperfeiçoamento contínuo – Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público – para que possamos avançar e transformar em realidade algo que eu disse

no dia 7 de setembro do ano passado: que os direitos humanos são o novo nome da liberdade e da democracia.

Se os direitos humanos são o novo nome da liberdade e da democracia, se nós queremos um Brasil realmente mais justo, um Brasil que integre uma democracia verdadeira, um Brasil que diga “não” à explosão social, nós precisamos realmente fazer com que essa consciência se amplie e fazer com que as práticas se sigam às nossas palavras. Isso é fundamental.

Acho que nós, hoje, estamos em condições de começar a pensar num Brasil onde realmente não mais se precise das palavras, porque as instituições cuidarão de corrigir os abusos e as desigualdades regionais, as diferenças que ainda existem, sobretudo no que diz respeito à exploração das minorias já aqui mencionadas. E, se por outra convicção não fosse, a convicção que tenho de que na nossa geração será possível avançar bastante nessa matéria, pelo menos temos que pensar nas gerações futuras; pelo menos, temos que pensar que, com o Plano Real, houve elevação efetiva da condição de vida da população. E os jornais de ontem disseram, abundantemente, das conseqüências do Plano Real para os mais pobres. Só os obnubilados por interesses políticos negam isso. Mas a maioria sabe.

Com essas condições novas, de um Brasil que vai ter mais investimento, de um Brasil que tem estado de direito, de um Brasil que está mais participativo, que reivindica mais, que cobra mais, aí não tenho nenhuma dúvida de que as gerações futuras, a geração que está nascendo agora, as crianças de hoje hão de viver num mundo onde, realmente, eu possa dizer, com tranquilidade, que os direitos humanos são um novo nome da liberdade e da democracia e que essa liberdade e essa democracia estarão fundamentadas não apenas em programas ou na Constituição, mas em práticas que a sociedade se impõe como necessárias para a redução dramática da miséria, para que ela acabe, para que haja mais igualdade, para que a exploração possa, efetivamente, ter um paradeiro e possamos ter as nossas disputas, não mais em torno desses temas, que serão compartilhados por to-

dos, mas em termos de opções mais complexas, que já signifiquem a incorporação, ao cotidiano, desse sentimento muito vivo entre nós de que sem direitos humanos não há democracia.

Muito obrigado aos senhores.